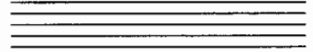
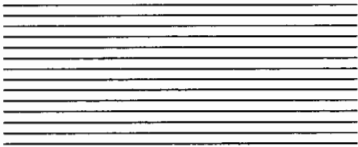


HUMBERTO THEODORO JÚNIOR
ADRIANA MANDIM THEODORO DE MELLO



Contratos de
COLABORAÇÃO
EMPRESARIAL



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 08.04.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355c

Theodoro Júnior, Humberto

Contratos de Colaboração Empresarial / Humberto Theodoro Júnior, Adriana Mandim Theodoro de Mello. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ISBN 978-85-309-8671-1

1. Contratos de distribuição - Brasil. I. Mello, Adriana Mandim Theodoro de. II. Título.

19-56273

CDU: 347.440(81)

SUMÁRIO

SEÇÃO I: CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO

1.	Introdução	3
2.	Nova principiologia do direito dos contratos	5

SEÇÃO II: DO MANDATO

Capítulo I – Da Representação	13
3. Representação	13
4. Representação direta (<i>contemplatio domini</i>) e representação imprópria ou indireta	15
5. Espécies de representação	16
6. O nuncio	17
7. Poderes do representante.....	18
8. Procuração.....	18
9. Efeitos da manifestação da vontade pelo representado	19
10. Contrato consigo mesmo ou autocontratação.....	20
10.1. A figura da dupla representação.....	22
10.2. A cláusula de mandato cambiário	22
10.3. O substabelecimento no contrato consigo mesmo	24
11. Prova da qualidade de representante	24
12. Negócio concluído em conflito de interesses	26
13. Requisitos e efeitos da representação.....	26
14. Representação aparente	27
Capítulo II – Da Representação dos Empresários: Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	29
15. Introdução	29
16. Noção de empresa e de estabelecimento	30
17. Administração.....	31
18. Prepostos.....	32
19. Gerentes	33

20.	O contabilista	33
21.	Os prepostos e seus poderes de representação do empresário	34
Capítulo III – Da Gestão de Negócios		35
22.	Gestão de negócios.....	35
23.	Efeitos da gestão de negócios.....	37
Capítulo IV – Do Mandato		39
24.	Mandato.....	39
25.	Classificação.....	41
26.	Objeto do mandato.....	42
27.	Procuração e mandato	43
28.	Capacidade para outorgar mandato.....	45
29.	Capacidade para ser mandatário.....	46
30.	Substabelecimento.....	46
31.	Responsabilidade decorrente do substabelecimento	48
32.	Espécies de mandato	49
33.	Efeitos do mandato.....	53
34.	Obrigações do mandatário.....	55
35.	Direito de retenção do mandatário	59
36.	Obrigações do mandante.....	60
37.	Direitos do mandante	64
38.	Extinção do mandato	66
39.	Irrevogabilidade do mandato.....	74
Capítulo V – Do Mandato Judicial		79
40.	O mandato judicial: essencialidade da representação por advogado em juízo	79
41.	A procuração e o substabelecimento	81
42.	Dispensa da procuração	82
43.	Poderes gerais e especiais do advogado	83
44.	Incompatibilidades e impedimentos	84
45.	Revogação e renúncia do mandato	87
46.	Mandato judicial e aplicação do Código de Defesa do Consumidor	88
47.	Jurisprudência do STJ a respeito do mandato judicial	89

SEÇÃO III: DA COMISSÃO

Capítulo I – Noções Gerais.....		95
48.	Origem histórica.....	95

49.	Vantagens do instituto	97
50.	Conceito.....	99
51.	Autonomia do comissário	101
52.	Direito anterior	101
53.	Subsistência das regras do Código Comercial.....	102
Capítulo II – Elementos Identificadores da Comissão		103
54.	Partes.....	103
55.	Objeto	104
56.	Classificação	106
57.	Comissão não é mais contrato só comercial.....	107
58.	Forma e prova	108
59.	Direito comparado	110
60.	Contrato de comissão e negócios afins.....	111
60.1.	Comissão e agência	112
60.2.	Comissão e mandato.....	113
60.3.	Comissão, concessão comercial e franquia empresarial	116
60.4.	Contrato de comissão e contrato estimatório	117
Capítulo III – Efeitos e Extinção do Contrato de Comissão		119
61.	Extinção do contrato de comissão.....	119
62.	Os efeitos do contrato praticado pelo comissário com terceiro	120
63.	Relacionamento entre o comissário e o terceiro contratante.....	122
64.	Relacionamento entre o comitente e o terceiro contratante	124
65.	Faturamento da operação consumada pelo comissário	126
66.	As ações do comitente no direito comparado.....	127
Capítulo IV – Direitos e Obrigações das Partes		131
67.	Deveres do comissário de executar as ordens do comitente.....	131
68.	Falta de instrução	133
69.	Obrigações do comissário	134
70.	Prejuízos.....	135
71.	Responsabilidade civil do comissário pela perda ou extravio dos bens sob sua guarda.....	136
72.	Inocorrência de responsabilidade do comissário pela solvência dos devedores	137
Capítulo V – Comissão <i>Del Credere</i>.....		139
73.	Assunção negocial do risco da insolvência	139
74.	Comissão <i>del credere</i>	139
75.	Natureza do pacto <i>del credere</i>	140

XII | Contratos de Colaboração Empresarial • Humberto Theodoro Jr. e Adriana Theodoro de Mello

76.	Remuneração do comissário (<i>del credere</i>).....	143
77.	Forma do pacto <i>del credere</i>	143
78.	Prestação de contas (<i>del credere</i>)	144

Capítulo VI – Responsabilidade do Comissário nas Operações a Prazo 145

79.	Concessão de prazo	145
80.	Cobrança de créditos a prazo.....	146
81.	Responsabilidade pessoal do comissário por operação a prazo.....	146

Capítulo VII – A Remuneração do Comissário 149

82.	A remuneração do comissário	149
83.	Cláusula que anule a expressão econômica da comissão	150
84.	Responsabilidade pelo pagamento da comissão.....	151
85.	Outros reembolsos devidos ao comissário.....	151
86.	Interrupção do contrato de comissão por morte do comissário ou por motivo de força maior	151
87.	Força maior	152
88.	Remuneração do comissário dispensado pelo comitente	153
89.	Expiração do contrato de prazo certo.....	153
90.	Prova dos serviços prestados.....	154
91.	Direito do comitente a perdas e danos	154
92.	Modificação das condições passadas pelo comitente	155
93.	Forma das alterações.....	155
94.	Revogação prematura da comissão	156
95.	Direito do comitente de fazer cessar a comissão a qualquer tempo	156
96.	Juros no relacionamento entre comitente e comissário.....	157
97.	Direito de preferência	158
98.	Direito de retenção em favor do comissário	159
99.	Extensão do <i>jus retentionis</i>	159

Capítulo VIII – Comissão, Mandato e Agência 161

100.	Aplicação subsidiária das regras do mandato.....	161
	100.1. Prestação de contas	161
101.	Inaplicabilidade das regras da agência à comissão.....	162

SEÇÃO IV: DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

Capítulo I – Noções Gerais.....	167
102. Disciplina legal do contrato de agência e distribuição	167
103. Noções introdutórias.....	168

104.	A representação comercial	169
104.1.	Histórico	172
105.	O contrato de agência no direito brasileiro.....	177
106.	Conceito de contrato de agência	179
106.1.	Direito comparado	183
107.	Contrato civil ou comercial?	185
108.	Competência internacional: foro de eleição.....	186
109.	Tentativa de distinguir entre agência e representação	187
110.	Contratos afins.....	187
110.1.	Agência e mandato.....	188
110.2.	Agência e comissão	189
110.3.	Contrato de agência e contrato estimatório.....	190
110.4.	Agência e corretagem.....	191
110.5.	Agente e viajante ou pracista (contrato de agência e contrato de trabalho)	192
110.6.	Agência e locação de serviços.....	193
110.7.	Agência e distribuição por conta própria (revenda), ou concessão comercial.....	194
110.8.	A doutrina de Miguel Reale sobre o agente distribuidor	198
110.9.	Contrato de franquia	199
Capítulo II – Elementos Identificadores da Agência		201
111.	Os elementos essenciais do contrato de agência	201
112.	Natureza jurídica	202
113.	Sujeitos do contrato de agência	204
113.1.	A nomenclatura legal – as partes no contrato de agência.....	205
113.2.	Obrigatoriedade do registro profissional	206
114.	O objeto do contrato de agência	207
115.	A zona	209
116.	A forma	211
Capítulo III – Requisitos do Contrato.....		215
117.	Requisitos do contrato de agência (Lei nº 4.886/1965)	215
117.1.	Condições e requisitos gerais da representação	216
117.2.	Indicação dos produtos ou artigos da representação	216
117.3.	Prazo	217
117.4.	Zona de atuação do agente.....	218
117.5.	Exclusividade, ou não, da agência	218
117.6.	A remuneração do agente.....	219
117.7.	Restrições à zona concedida	219

XIV | Contratos de Colaboração Empresarial • *Humberto Theodoro Jr. e Adriana Theodoro de Mello*

117.8. Obrigações e responsabilidades das partes contratantes	220
118. O agente com poderes de representação (parágrafo único do art. 710)....	225
119. A fraude para ocultar relações de emprego.....	227
120. A exclusividade da representação.....	228
121. Natureza da exclusividade	230
122. Reciprocidade da exclusividade.....	231
123. Extensão da exclusividade	232
124. Consequências da violação da exclusividade.....	233
Capítulo IV – Direitos e Obrigações das Partes	235
125. Deveres do agente e do preponente	235
125.1. Deveres do agente.....	235
125.2. Informações a cargo do agente	237
125.3. Dever de informação entre as partes (prestação de contas)	237
125.4. Deveres próprios do preponente	239
126. Violação dos deveres do agente	240
127. Outras infrações profissionais do agente comercial	244
128. Respeito aos preços e às condições estabelecidos pelo preponente	244
129. Despesas da agência e distribuição	245
130. Direito à comissão	246
131. Direito do preponente de realizar operações diretas na zona do agente ..	246
132. Princípios éticos e econômicos em jogo no contrato de agência	248
133. A defesa do preponente	249
134. Rescisão indireta.....	250
Capítulo V – A Remuneração do Agente.....	251
135. Aquisição do direito à comissão	251
135.1. Prescrição do direito de cobrar a comissão	252
135.2. Aquisição do direito à comissão quando o negócio não se realiza por fato imputável ao preponente	254
136. Insolvência do terceiro comprador ou recusa da mercadoria por parte deste.....	255
137. Posição jurídica do comprador.....	257
138. Abuso de direito.....	257
139. Rescisão do contrato de agência	257
140. Indenização pela clientela.....	259
141. Perdas e danos.....	262
142. Direito de retenção do preponente.....	263
143. Direito de retenção do agente	264

Capítulo VI – Extinção do Contrato	265
144. Ruptura do contrato de agência sem culpa do preposto	265
145. Condições a que se sujeita a indenização em favor do agente	267
146. Encerramento do contrato de prazo certo	269
147. Possibilidade de duas indenizações distintas	271
148. Aviso prévio	271
149. Cessação da representação por parte do agente, em razão de forç�a maior	272
150. Morte do agente	273
151. Extinção normal dos contratos	274
152. Extinções an�malas dos contratos	274
153. A resilição como forma natural de pôr fim aos contratos de duração indeterminada	275
154. A denúncia do contrato de agência	277
155. Rescisão por justa causa	279
Capítulo VII – Agência, Mandato, Comissão	281
156. Regras subsidiárias	281
157. Aplicação subsidiária das regras do mandato e da comissão	282
158. Caberia aplicação das regras do contrato de agência ao contrato de concessão comercial?	284
159. Indenizações previstas na legislação especial sobre representação comercial	285
Capítulo VIII – A Distribuição na Atual Economia de Mercado	287
160. Os diversos contratos de distribuição	287
161. Conceito e natureza jurídica dos contratos de distribuição	289
162. O contrato de concessão comercial	291
162.1. Proteção da rede de distribuição	293
163. Contrato de franquia empresarial	294
164. Características comuns aos principais contratos de distribuição	296
164.1. Contrato entre profissionais (empresários)	296
164.2. Contrato de integração	296
164.3. Controle e dependência econ�mica	297
164.4. Autonomia jurídica	298
164.5. Contrato de colaboração	299
164.6. Contrato de duração	300
164.7. Contrato de adesão	301
164.8. Contrato relacional	306
165. Extinção do contrato at�pico de distribuição	307
165.1. O inadimplemento r�ciproco no contrato at�pico de distribuição	312

166.	Direito comparado	313
167.	A posição da jurisprudência	317
167.1.	A jurisprudência sobre abuso de direito	322
168.	Rescisão por violação do contrato de concessão comercial.....	325
169.	Inaplicabilidade das Leis nºs 4.886/65 e 6.729/79 aos contratos de distribuição em geral.....	327
170.	A sistemática do Código Civil	336
171.	Liminares de natureza cautelar ou antecipatória.....	338
172.	Conclusões.....	339
Capítulo IX – A Concessão Comercial na Revenda de Veículos Automotores		343
173.	A concessão comercial no ramo dos veículos automotores (Lei nº 6.729, de 28.11.79)	343
174.	A regulamentação da concessão comercial contida na Lei nº 6.729/79	344
175.	A extinção do contrato de concessão comercial regulado pela Lei nº 6.729/79. Hipóteses do art. 22.....	347
176.	A Lei nº 6.729/79 e a denúncia vazia da concessão de prazo indeterminado.....	349
177.	Efeitos da denúncia unilateral da concessão comercial.....	357

SEÇÃO V: FRANQUIA

Capítulo I – Noções Gerais.....		363
178.	Evolução histórica do comércio: do artesanato à distribuição	363
178.1.	A explosão do comércio	365
178.2.	A função da distribuição	366
178.3.	A motivação econômica do contrato de franquia.....	367
179.	Tipicidade ou atipicidade do contrato de franquia.....	372
180.	Definição legal	374
Capítulo II – Características e Elementos do Contrato de Franquia.....		377
181.	Características do contrato de franquia.....	377
181.1.	Sistema ou contrato?	377
181.2.	Contrato de distribuição.....	378
181.3.	Contrato de integração e dominação econômica	379
181.4.	Controle e autonomia jurídica.....	381
181.5.	Contrato de colaboração: interesse comum.....	383
181.6.	Contrato de duração	383
181.7.	Direito de uso de marca ou patente	384

181.8.	Tecnologia (<i>know-how</i> ou <i>savoir-faire</i>).....	384
181.9.	Dever de assistência	386
181.10.	A remuneração direta ou indireta.....	387
181.11.	A distribuição exclusiva ou semiexclusiva de produtos ou serviços.....	388
181.12.	Atividade profissional.....	389
182.	Classificação.....	389
183.	Objeto.....	390
184.	Forma	393
184.1.	Documentos de vínculo entre as partes	393
Capítulo III – A Circular de Oferta de Franquia.....		395
185.	A circular de oferta de franquia (COF).....	395
186.	Informações relevantes da circular de oferta de franquia.....	397
187.	Descumprimento do dever de entregar a circular de oferta de franquia ao franqueado	402
188.	Circular de oferta de franquia que veicula informações falsas.....	405
Capítulo IV – Extinção do Contrato e Responsabilidades		409
189.	Extinção da franquia	409
189.1.	Extinção do contrato em razão do advento de seu termo final....	411
189.1.1.	A cláusula de duração do contrato.....	412
189.1.2.	Crerios econmicos de fixação do prazo	414
189.1.3.	Efeitos do implemento do termo final.....	415
189.2.	Extinção pela denúncia unilateral do contrato de prazo indeterminado.....	418
189.2.1.	O aviso prvio	420
189.2.2.	Conseqüências da inobservância ou insuficiência do aviso prvio.....	421
189.2.3.	Prorrogação do contrato por intervenção do Judiciário.....	423
189.3.	Extinção do contrato em razão do inadimplemento	425
189.3.1.	Inexecução de múltiplas prestações pelas partes.....	426
189.4.	Extinção pela inexecução involuntária decorrente da impossibilidade superveniente da prestação	427
189.5.	Extinção pela onerosidade excessiva	427
190.	A responsabilidade civil do franqueador pelos danos decorrentes da extinção do contrato	428
190.1.	Fontes da obrigação de indenizar.....	428

190.2.	Tipificação do exercício abusivo do direito de não renovar o contrato de prazo determinado ou de resilir o contrato de prazo indeterminado	429
190.3.	Amortização efetiva dos investimentos.....	433
190.4.	A ausência de motivação da denúncia.....	433
190.5.	Os danos indenizáveis.....	435
190.6.	A posição da jurisprudência	436
190.7.	Conclusões	439
190.8.	A existência de um dever objetivo de indenizar os danos advindos do fim do contrato	440
Capítulo V – A Clientela.....		443
191.	A clientela no contrato de franquia.....	443
191.1.	Natureza jurídica da clientela	443
191.2.	A proteção da clientela	444
191.3.	Como se forma a clientela?	444
191.4.	A captação da clientela no contrato de franquia	445
191.4.1.	A clientela do franqueado.....	446
191.4.2.	Crítica: a clientela não é atributo exclusivo da empresa franqueada	448
191.4.3.	A clientela do franqueador.....	450
191.4.4.	A posição intermediária	452
191.5.	A clientela e a equação econômica do contrato de franquia	455
Capítulo VI – Franquia, Representação Comercial e Concessão Comercial		457
192.	Impossibilidade de se aplicar analogicamente as leis de representação comercial e concessão comercial para a responsabilização do franqueador.....	457
192.1.	Analogia.....	457
192.2.	Analogia e contratos típicos e atípicos.....	459
192.3.	Representação comercial e franquia	460
192.3.1.	Direito estrangeiro.....	462
192.4.	Aplicação analógica da Lei nº 6.729/79	466
192.4.1.	Distinção essencial entre a franquia empresarial e a concessão comercial.....	470
Capítulo VII – Jurisprudência sobre o Contrato de Franquia.....		473
193.	Jurisprudência sobre franquia.....	473
193.1.	Responsabilidade do franqueador, por inadimplemento contratual.....	473

193.2.	Responsabilidade solidária entre franqueadora e franqueada	477
193.3.	Ausência de responsabilidade da franqueadora por dívidas da franqueada.....	478
193.4.	Indenização pelo fundo de comércio.....	479
193.5.	Descumprimento da cláusula de exclusividade e de territorialidade	479
193.6.	Questões envolvendo o uso de marca.....	480
193.7.	Inadimplemento do pagamento dos <i>royalties</i>	481
193.8.	Possibilidade de rescisão ou resilição unilateral do contrato de franquia.....	481
193.9.	Impossibilidade de rescisão do contrato pelo franqueado em razão do insucesso da franquia	481
193.10.	Validade da cláusula de eleição de foro	483
193.11.	Legalidade de cláusula que estipula aquisição mínima de material didático pela franqueada e determina uma “quarentena” para após a extinção do contrato.....	483
193.12.	Questões trabalhistas	484

SEÇÃO VI: DA CORRETAGEM

Capítulo I – Noções Gerais.....	491
194. Corretagem.....	491
195. Contrato de corretagem e negócios afins	493
195.1. Mediação	493
195.2. Mandato.....	494
195.3. Prestação de serviços	494
195.4. Comissão e agência e distribuição	495
Capítulo II – Elementos Identificadores do Contrato de Corretagem	497
196. Classificação	497
197. Corretor	498
198. Objeto.....	500
199. Forma	500
Capítulo III – Obrigações e Remuneração do Corretor.....	501
200. Obrigações do corretor	501
201. Remuneração	502
202. Valor da remuneração.....	506
203. Remuneração quando o negócio é iniciado e concluído diretamente pelas partes	507

204.	Remuneração quando o negócio é realizado após a extinção do contrato de corretagem.....	509
205.	Negócio concluído por mais de um corretor	510
	Bibliografia	511
	Índice Alfabético de Assuntos	527